



## AMAZONÍA bajo presión



## Um zoom sobre a Amazônia

Atlas *Amazônia sob pressão* traz análises, mapas, fotos, tabelas e gráficos que mostram que 240 mil km<sup>2</sup> foram suprimidos na região (pan) amazônica, que abrange os nove países amazônicos, entre 2000 e 2010, além de ameaças representadas por hidrelétricas, estradas, mineração, petróleo e gás e focos de calor. • P.18

### Circuito quilombola de turismo do Vale do Ribeira é apresentado em São Paulo

O evento realizado em setembro, no Sesc Consolação (SP), foi direcionado a técnicos de agências de turismo, universidades, órgãos do governo, organizações não governamentais. Incluiu palestras e um debate sobre a importância do turismo de base comunitária, com a participação de lideranças quilombolas e técnicos e ainda exposições de danças tradicionais dos quilombos do Vale do Ribeira, além de um vídeo. A apresentação contou com a participação de técnicos do Sesc-SP, ligados ao programa de turismo social e sustentabilidade da instituição.

O circuito quilombola de turismo de base comunitária do Vale do Ribeira foi lançado em março deste ano no quilombo de Ivaporunduva, com um site e um catálogo, incluindo 65 atrativos dessa região no sul de São Paulo. O objetivo é incrementar a geração de renda nas comunidades e mostrar aos visitantes a história de luta dos quilombos pela manutenção de sua cultura,

de seus territórios e seus costumes. Cachoeiras, trilhas em Mata Atlântica preservada, bóia-cross, apresentações culturais, visita às roças e culinária típica estão no roteiro.

O projeto foi desenvolvido pelo ISA em parceria com as comunidades quilombolas e o apoio dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Turismo. Ele é resultado de três anos de capacitações, planejamento e formatação dos produtos, nos quilombos de André Lopes, Ivaporunduva, Mandira, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro e Sapatu, em conjunto com a Associação de Monitores Ambientais de Eldorado (Amamel).

SAIBA MAIS EM

[www.circuitoquilombola.org.br](http://www.circuitoquilombola.org.br) e  
[www.facebook.com/circuitoquilombola](https://www.facebook.com/circuitoquilombola)

### Seminário debate serviços ambientais na Mata Atlântica

Em outubro, o ISA promoveu em Registro, no Vale do Ribeira, um seminário sobre questões relacionadas à Mata Atlântica. Entre elas, compensação ambiental e oportunidades econômicas a partir da floresta em pé, sobretudo no contexto do novo Código Florestal. As discussões giraram em torno de dois temas: Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e o Plano Municipal da Mata Atlântica, instrumento criado pela Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006). O seminário reuniu cerca de cem pessoas, incluindo gestores públicos, quilombolas, indígenas, agricultores, acadêmicos, estudantes e representantes de organizações não governamentais.

No primeiro dia, foram abordados aspectos gerais da Mata Atlântica, enfocando as características regionais, as ações governamentais nas esferas municipal, estadual e federal e experiências bem sucedidas de geração de renda e produção sustentável, como o turismo de base comunitária,

o manejo do fruto da palmeira juçara e a produção agroecológica.

No segundo dia, o tema foi o Plano Municipal com o debate sobre a metodologia de elaboração, os resultados do processo no município de Eldorado e a experiência de municípios que já estão elaborando seus planos, como Piedade (SP), Ilhéus (BA) e Glória do Goitá (PE). No último dia, o tema foi o Pagamento por Serviços Ambientais, seus conceitos e possíveis aplicações no Vale do Ribeira, considerando o potencial de serviços ecossistêmicos fornecidos. Foram apresentados os resultados do Projeto Mina D'Água, iniciativa do governo do Estado de São Paulo e que, no Vale do Ribeira, está sendo implantado em Eldorado, com apoio do Instituto Socioambiental (ISA). Indígenas da Aldeia Guarani Jeju-ty, de Iguape, fizeram ritual de agradecimento, enaltecendo o valor da Mata Atlântica para o mundo.

Ao final, os participantes aprovaram Carta Aberta expondo princípios para a conservação da Mata Atlântica, respeitando a sociobiodiversidade do Vale do Ribeira a ser encaminhada a prefeitos, câmaras municipais, Ministério Público, Ministério do Meio Ambiente junto com o relatório do seminário.

SAIBA MAIS EM:

[www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3699](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3699)

**SAIBA MAIS EM:**  
[www.socioambiental.org/  
 nsa/detalhe?id=3664](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3664)



© AGRICOLA DE SOUZA/ADECC

Roda de confraternização e jogo da capoeira Angola, em Pedro Cubas

## Festa no quilombo de Pedro Cubas encerra projeto Ponto de Cultura

O encerramento do projeto Ponto de Cultura Socioambiental foi um grande acontecimento no quilombo de Pedro Cubas, em Eldorado, no Vale do Ribeira. A 1ª Festa de Capoeira começou na noite do dia 1º de setembro, um sábado, para comemorar a entrega de graduações aos 26 alunos do projeto e só terminou no dia seguinte. A organização ficou a cargo de alunos e pais com apoio do ISA e da Associação Desportiva e Cultural de Capoeira Nossa Senhora da Guia (Adecc). Tochas e uma fogueira foram montadas para a realização de uma roda de confraternização e do jogo da capoeira Angola. Na manhã do domingo (2), os convidados foram recepcionados com um café tradicional quilombola, com cusuz de arroz, coruja, bolo de mandioca e pão caseiro.

Em seguida aconteceu a cerimônia de graduação dos alunos do Ponto de Cultura em Capoeira Regional de Bimba no galpão de sapê do quilombo. Seguindo o protocolo, cada mestre foi apresentado (Mestre Marco Lima, Mestre Peixe, Mestre Bililico, Kleber Macaquinho) e eles, por sua vez, apresentaram seus alunos e formados. Depois os convidados foram saudados e cada graduando fez um jogo com os mestres e formados, recebendo a sua corda colorida. Cada cor corresponde a uma graduação, um estágio de evolução dentro da capoeira. O instrutor Leleco foi o último a receber a graduação de cor verde e branca e foi homenageado pela comunidade e pelos alunos pelo trabalho desenvolvido.

Durante quase três anos o ISA e a Adecc desenvolveram as atividades do projeto nas comunidades quilombolas de Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima. A festa foi também uma oportunidade de troca entre grupos e pessoas convidadas vindas de outros Pontos de Cultura, e contribuiu para o fortalecimento da juventude quilombola e de suas expressões culturais.

Em seguida, a Orquestra de Berimbau do Morro do Querosene, do bairro do Butantan, em SP, comandada por Dinho Nascimento, encerrou a festa.

### Curtas

#### XINGUANOS PARTICIPAM DE FEIRA DE SEMENTES TRADICIONAIS EM ALDEIA KAYAPÓ.

*Troca de sementes, mesas redondas, oficinas e apresentações culturais marcaram a I Feira Mebengokrê de Sementes Tradicionais, promovida pela Associação Floresta Protegida. Cerca de mil indígenas, de mais de 30 aldeias kayapó, e voluntários não indígenas colaboraram na organização do evento, que aconteceu em setembro, na aldeia Moikarakô, na Terra Indígena Kayapó, no Pará. Outros 110 indígenas de 28 aldeias e 15 etnias diversas de todo o País estiveram presentes. O objetivo foi fortalecer a cultura e o intercâmbio entre os povos indígenas. Os xinguanos que participam da Rede de Sementes do Xingu estiveram na feira. A comitiva era formada por Kawaiwete e Kisêdjê, do Parque do Xingu (PIX), e técnicos do ISA. O coordenador adjunto do Programa Xingu, Rodrigo Junqueira, apresentou a experiência da Rede de Sementes do Xingu no PIX durante a mesa redonda que discutiu experiências produtivas para a geração de renda e resgatou o histórico de ocupação e produção agropecuária no entorno do parque. Ele ressaltou que a demanda das lideranças indígenas para a recuperação das nascentes do Rio Xingu, desencadeou a "necessidade de ensinar o fazendeiro a plantar floresta" e, daí foi criada a Rede de Sementes do Xingu.*

**SAIBA MAIS EM:**  
[www.socioambiental.org/  
 nsa/detalhe?id=3675](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3675)



© ACERVO ISA

Equipe do projeto Mapeo reunida em Letícia, na Colômbia.

## Brasil e Colômbia apresentam projeto conjunto de cartografia cultural

Em reunião binacional realizada durante dois dias em outubro, na cidade colombiana de Letícia, Brasil e Colômbia apresentaram o projeto *Mapeo* que vêm desenvolvendo em conjunto desde 2009, para identificar e mapear locais considerados sagrados pelos indígenas dessa região transfronteiriça e contribuir para a sua salvaguarda.

Do lado brasileiro, estavam representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/MinC), do ISA e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), instituições empenhadas na construção e execução do projeto. Do lado colombiano, participaram representantes do Ministério da Cultura da Colômbia, Parques Nacionales Naturales (órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente), Patrimônio Natural, Fundación Gaia Amazonas, Fundación Tropenbos e Acaipil (Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas del río Pirá Paraná).

Entre os temas tratados, o destaque foi para questão da valorização e proteção dos sítios sagrados e dos sistemas de conhecimento a eles associados, que se baseiam em uma noção de território, que em muitos aspectos difere do modo como é entendido pelo Estado nacional e pela sociedade envolvente. Para os povos indígenas, esse território é um espaço contínuo, culturalmente compartilhado por grupos que vivem em ambos os lados da fronteira e cujas histórias estão gravadas na paisagem. Cachoeiras, pedrais, morros, serras, estirões são para eles lugares de alto valor cultural e espiritual, porque guardam ainda a memória e os poderes criativos dos tempos de origem do mundo e da humanidade. Por isso vêm sendo chamados de lugares sagrados e devem ser observados e respeitados para manter a boa saúde das pessoas e o equilíbrio nas relações dos humanos com os outros seres.

Duas questões orientaram os debates: como criar mecanismos de proteção e preservação desse patrimônio cultural e natural frente às políticas nacionais de desenvolvimento e aos interesses econômicos que recaem sobre o território – projetos de hidrelétricas e exploração de minério – e como construir uma política de salvaguarda,

rompendo fronteiras nacionais e reconhecendo usos, ocupações e concepções dinâmicas desse território. A partir daí, foram estabelecidos acordos entre os participantes e definido um plano de ações conjuntas.

**SAIBA MAIS EM:**  
[www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3683](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3683)

## Curtas

### ÍNDIOS DEBATEM GESTÃO NO PARQUE INDÍGENA DO XINGU.

Para construir as bases do plano de gestão do Parque do Xingu (PIX), o ISA, a Associação Terra Indígena Xingu (Atix), o Instituto de Pesquisa Etnoambiental do Xingu (Ipeax) e a Coordenação Regional da Funai no Xingu promoveram as primeiras oficinas realizadas nas quatro regiões do parque. Os participantes estabeleceram alguns objetivos e entre eles destacam-se: gerar regras e acordos internos entre as etnias do PIX sobre uso, conservação e sustentabilidade dos recursos naturais e para a convivência política, social e cultural; organizar e fortalecer processos internos de planejamento compartilhado entre as etnias visando a identificação de demandas, de prioridades, orientando ações de captação de recursos e garantia de controle social sobre os recursos; e ser uma referência para orientar as políticas dos governos e das organizações de apoio da sociedade civil em relação às demandas prioritárias, voltadas à sustentabilidade atual e futura do PIX. As oficinas também traçaram os diagnósticos iniciais e desenharam propostas para as questões relacionadas à cultura, integridade territorial, segurança alimentar, desenvolvimento de alternativas econômicas, saúde, educação e territórios importantes que ficaram fora da área do Parque. Novas oficinas estão previstas para detalhar o documento que será fruto de acordo entre as lideranças nas assembleias da Atix.

## Kawaiwete, Panará, Kisêdjê e Yudja encerram projeto de expedições aos antigos territórios

As expedições dos povos Kawaiwete (Kaiabi), Yudja, Kisêdjê e Panará aos territórios que ocupavam antes do contato com os não índios e que ficaram fora de seus territórios quando demarcados começaram em épocas diferentes e tiveram distintas motivações. As mais recentes foram realizadas com apoio do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). No final, além de uma série de recursos levados para plantio próximo das atuais aldeias, e de muitos registros, foi elaborado um inventário dos sítios visitados, mapas e um filme com os velhos contando as histórias dos lugares, material que já vem sendo usado pelos professores indígenas em suas aulas.

Os Kawaiwete iniciaram essas viagens em 1994, e em julho de 2011, 15 pessoas desceram o Rio Teles Pires (MT) durante nove dias, registrando as narrativas dos velhos nos locais. No meio da viagem, o grupo en-

controu o canteiro de obras da hidrelétrica de Colíder, que vai alagar o sítio da antiga aldeia Yjá'angoou e um cemitério kawaiwete. A partir disso, o grupo começou a discutir com o governo a construção de hidrelétricas em seu antigo território.

Já os Yudja começaram em 2003, motivados pela necessidade de acesso a recursos naturais necessários para a realização de suas festas, principalmente taquaras diferentes para flautas e flechas, a maioria não encontrada no Xingu. Por isso, muitos jovens ainda não sabiam confeccionar ou tocar as flautas conforme a tradição. Em parceria com o Iphan aconteceram duas expedições, em novembro de 2011 e em abril de 2012, na Terra Indígena Capoto Jarina (MT, PA). Os recursos naturais coletados foram utilizados em oficinas de flechas e flautas, na Escola Kamadu, na aldeia Tuba Tuba.

Os Panará, levados para o Parque do Xingu na década de 1970, conseguiram retomar uma parte de seu território no Rio Iriri, para onde voltaram em 1996. Por solicitação dos professores indígenas da Escola Matukre, da aldeia Nãsepotiti, eles organizaram uma expedição em 2010, com apoio do Iphan, que durante dez dias localizou 33 locais de ocupação antiga e as oito aldeias onde nasceram os anciãos que orientaram a viagem.

Em resposta à preocupação dos Kisêdjê, da Terra Indígena Wawi contígua ao Parque do Xingu, com a questão territorial, o ISA promoveu em 2005 uma oficina na aldeia Ngojhwêrê para realizar um diagnóstico sobre o uso de recursos e a ocupação do território. Ficou claro o interesse deles em aprofundar o trabalho por meio de expedições. A mais recente, em 2012, subiu os rios Suyá e Suyazinho, para chegar a uma antiga aldeia, chamada Horenhõngo.

De maneira geral, as expedições foram bem sucedidas mas deixaram tristeza nos participantes que encontraram cemitérios antigos revolvidos por tratores, áreas desmatadas e degradadas, escassez de recursos naturais e pequenas centrais hidrelétricas. Eles recomendaram que sejam estabelecidas salvaguardas do que restou dos bens culturais de seus povos, o que envolverá novas expedições e ações de apoio e orientação aos pesquisadores indígenas.



© FLÁVIA DE FREITAS BERTO



© JULIANA NAZARO MONDINI

No alto: participantes de expedição encontram o cemitério das almas dos Yudja. Acima, o txipã, madeira usada no arco Yudja



© FOTOS ACERVO ISA



No alto, a equipe da expedição em frente ao posto de saúde indígena da região de Caracará. Acima à esquerda, um dos acampamentos do grupo. Acima à direita, as corredeiras obrigavam todos a descer e empurrar as embarcações

## Expedição na fronteira leste da TI Yanomami registra invasões e áreas preservadas

No final de outubro, teve início uma expedição à fronteira leste da TI Yanomami, em Roraima, integrada por Funai (Fundação Nacional do Índio), HAY (Hutukara Associação Yanomami), Exército e ISA. O objetivo foi colher dados para um diagnóstico da área entre os rios Ajarani e Apiau, onde há invasões não indígenas.

As áreas ao redor da TI Yanomami vêm sendo ocupadas por fazendeiros, grileiros e assentamentos do Inca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em especial na fronteira leste, na região do município de Caracará, 140 km ao sul de Boa Vista. Não há fiscalização das ocupações e nessa área há poucas aldeias indígenas. A Funai também

não tem conseguido vigiar os limites da TI, que é a maior do País, com mais de 9,6 milhões de hectares.

Marcada pela presença da Floresta Tropical Densa, a região do Ajarani foi onde começou de forma mais sistemática o contato do povo Yanomami com os não índios, facilitado pela existência da rodovia Perimetral Norte (BR-174). As consequências do contato, como a disseminação de doenças e conflitos com garimpeiros, são sentidas pelas comunidades até hoje. A região faz fronteira com uma série de áreas controladas por diferentes instituições: Floresta Nacional de Roraima e Estações Ecológicas de Niquia e Caracará, sob a responsabilidade do ICMBio, uma área do Exército, assentamentos do



© FOTOS ACERVO ISA



Em sentido horário: árvores e galhos caídos em igarapé impediam os barcos de continuar; Julio Ye'kuana marca com o GPS a localização de uma ocupação recente como mostra a placa e uma construção de madeira, sem moradores, é encontrada no entorno da TI

Inca e terras que o Estado de Roraima vem titulando como assentamentos. Durante a expedição, o antropólogo Moreno Saraiva Martins do ISA, responsável pelo projeto de Gestão Territorial Yanomami e Júlio Ye'kuana, coordenador de Gestão Territorial da Hutukara e responsável pela expedição, enviaram relatos de campo, que foram publicados no site do ISA, contando detalhes do dia a dia da expedição, desde o momento em que acordavam até a hora em que iam dormir nos acampamentos que montaram pelo caminho.

Os trechos percorridos durante a primeira semana revelaram ocupações e atividades irregulares praticadas pelos próprios índios dentro da TI. Na segunda semana, a equipe não encontrou sinais de invasão na área percorrida, mas enfrentou dificuldades em

relação à navegação em igarapés não só porque o período é de seca, mas também porque muitas árvores e galhos caídos impediam a passagem dos barcos. Assim, alguns trechos tiveram de ser percorridos a pé. No total para fiscalizar 209 km, foram percorridos 331 km: 111 km de carro, 180 km de barco e 40 km a pé.

Terminada a expedição, em meados de novembro, a equipe realizou um encontro com dez comunidades de seis regiões do limite leste. Foram apresentados os resultados e um diagnóstico da situação das invasões nas seis regiões da TI. Depois disso, a Funai, em parceria com o ISA e a HAY, realizou um curso de capacitação para monitoramento e vigilância voltado aos indígenas e servidores do órgão.

**LEIA OS RELATOS DA  
EXPEDIÇÃO ACESSANDO:  
[www.socioambiental.org/  
nsa/detalhe?id=3698 e 3705](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3698%20e%203705)**



© RAQUEL SANTOS/ISA

Extração de óleos na miniusina do Rio Novo anima os participantes

## Extrativistas das Resex da Terra do Meio (PA) processam 450 quilos de sementes

O encontro, promovido pela Associação de Moradores da Reserva Extrativista (Resex) do Rio Iriri, pelo ISA e pela Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), foi realizado em agosto, na miniusina do Rio Novo. Localizada no rio que divide a Estação Ecológica da Terra do Meio e a Resex do Rio Iriri, no Pará, 35 extrativistas das Resex do Rio Xingu, Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri, na Terra do Meio, participaram do intercâmbio. O objetivo foi a troca de experiências sobre extração de óleos e processamento de farinha de babaçu para melhorar a renda dos moradores e sua qualidade de vida. Durante o encontro foram processados 450 quilos de sementes e as atividades animaram os participantes, incentivando-os a implantar novas miniusinas, não só nas Resex, mas em áreas indígenas e de agricultura familiar da região.

A demanda pela miniusina partiu dos próprios extrativistas há quatro anos e finalmente em 2010 é que a proposta começou a ser implantada. Ela permite que os extrativistas produzam centenas de litros de óleos que podem ser destinados à produção

de sabonetes, máscaras capilares, hidratantes labiais, além do uso *in natura*. No encontro, as conversas entre eles giraram principalmente em torno dos cuidados com as sementes, das técnicas de extração, e da armazenagem e comercialização dos produtos. O grupo discutiu também os planos para o futuro, entre eles a melhoria das embalagens e rótulos para comercializar os produtos, que estão sendo desenvolvidos em parceria pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) e o ISA; contratos com empresas para maiores volumes de óleo, principalmente o de andiroba; implantação de sistema de capital de giro que dê maior autonomia para o funcionamento da miniusina e melhoramentos em sua estrutura física.

Um vídeo e um informativo foram elaborados em conjunto com os participantes para serem transmitidos aos que não puderam estar presentes. Cada participante levou para casa a produção feita a partir das sementes levadas para o intercâmbio, que incluiu além de babaçu, cacau e andiroba.

**SAIBA MAIS EM:**  
[www.socioambiental.org/  
nsa/detalhe?id=3655](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3655)



## Hutukara discute sobreposição na TI Yanomami com órgãos ambientais do Amazonas

A sobreposição com Unidades de Conservação (UCs) afeta 85% da Terra Indígena Yanomami no Amazonas, o que dificulta a gestão do território pelas comunidades indígenas. Por essa razão, a Hutukara Associação Yanomami, com apoio da Rede Rio Negro, iniciou em agosto conversas com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) do Amazonas, para debater respectivamente a questão da Floresta Nacional (Flona) Amazonas e a questão do Parque Estadual Serra do Aracá.

A criação da Flona Amazonas em 1989 excluiu a ocupação indígena da área e permitiu a exploração da floresta por terceiros. Mesmo depois que a TI Yanomami foi reconhecida pela Funai como de ocupação tradicional indígena, em 1991, a Flona não foi extinta.

O Parque Estadual foi criado em 1990 sem nenhum estudo prévio que justificasse os seus limites e ele incide quase que totalmente sobre a Terra Indígena e parcialmente sobre a Flona Amazonas. Por conta dessas duas UCs – que não são as únicas que incidem sobre a TI Yanomami – a Hutukara e a Rede Rio Negro protocolaram documentos pedindo sua extinção.

Em novembro, a SDS anunciou ter acatado o pedido de redefinição dos limites do parque, excluindo a sobreposição com a TI, e apresentou, em reunião em Manaus, duas propostas para os novos limites. Um grupo de trabalho foi criado para analisar e sugerir nova configuração. O ICMBio foi instado pela Hutukara a se posicionar em relação à Flona Amazonas e seu presidente Roberto Vizontin solicitou ao GT que apresentasse uma sugestão de solução.

**SAIBA MAIS EM:**  
[www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3651](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3651) e [3707](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3707)

## Cursos capacitam interessados em elaborar planos municipais da Mata Atlântica

Em novembro, o Programa Vale do Ribeira do ISA promoveu dois cursos para capacitar gestores, membros de conselhos de meio ambiente, lideranças e interessados em elaborar planos municipais conforme prevê o artigo 38 da Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006) e regulamentados pelo artigo 43 do Decreto Federal nº 6.660/2008. Os cursos gratuitos, realizados em Registro e em Apiaí, tiveram dois dias de duração cada um e foram divididos em quatro módulos: organização do processo de elaboração de planos municipais da Mata Atlântica;

ferramentas de geoprocessamento; elaboração do diagnóstico da situação atual; e debate sobre o futuro desejado e formulação do plano de ação.

A avaliação das duas turmas foi positiva, e os planos municipais foram apontados como uma ferramenta importante de planejamento territorial e desenvolvimento, baseado em processo onde gestores e sociedade civil, articulados pelos conselhos municipais de meio ambiente, podem construir de forma conjunta ações de curto, médio e longo prazo. Os temas mais destacados durante as discussões foram o fortalecimento dos conselhos municipais, as oportunidades de valorização da floresta em pé e a criação e gestão de Unidades de Conservação.

Atualmente, cerca de dez municípios já aprovaram seus planos, e outros 50 estão em diferentes fases do processo. Aqueles que tiverem seus planos elaborados poderão acessar recursos do Fundo de Restauração da Mata Atlântica, de âmbito federal.

Os cursos contaram com a parceria da Prefeitura Municipal de Eldorado, da Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone), do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comdema) de Eldorado e da Rede de ONGs da Mata Atlântica.

**SAIBA MAIS EM:**  
[www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3708](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3708)



© IRY WIENS/ISA

Ferramentas de geoprocessamento auxiliaram a elaboração de planos e ações



© CLAUDIO TAVARES/ISA

*Quilombolas discutem a questão do licenciamento ambiental de suas roças*

## Debate sobre roças tradicionais e feira de sementes e mudas mobilizam quilombolas

Em agosto, cerca de 80 pessoas, quilombolas em sua maioria, participaram do seminário “Roças quilombolas: alimento, cultura e biodiversidade”, realizado no Centro Comunitário da cidade de Eldorado, no Vale do Ribeira (SP). Durante um dia inteiro, os participantes ouviram palestras de técnicos sobre o licenciamento das roças, a biodiversidade que elas contêm e os desafios da juventude quilombola diante do sistema de roças tradicionais. As mesas contaram com a participação de técnicos do governo, de organizações não governamentais, de pesquisadores acadêmicos e de quilombolas, que vieram para a cidade para debater questões fundamentais em suas vidas.

Ao final, os quilombolas presentes redigiram uma carta em que pedem ao governo<sup>o</sup> de São Paulo menos burocracia para poderem fazer suas roças. Pelo menos 15 quilombos do Vale do Ribeira e um de Salto de Pirapora estiveram representados no seminário e na feira que foi montada no dia seguinte.

O conjunto de atividades relacionadas ao cultivo das roças desde a escolha do lugar, das sementes, as

épocas de plantio, a colheita, o transporte, o armazenamento e até a forma de preparar os alimentos caracterizam um sistema complexo de relações sociais que formam o núcleo da cultura quilombola. À noite, os participantes puderam assistir apresentações culturais como a Dança de São Gonçalo e a Congada de São Benedito.

No dia seguinte, um sábado, realizou-se a feira, no centro de Eldorado, com imensa variedade de sementes e mudas, que foram trocadas entre as comunidades. Um grande almoço com comidas típicas regionais no Centro Comunitário encerrou o evento. A feira está em sua quinta edição e é organizada pelo ISA desde 2008, em parceria com as Associações Quilombolas e a AIN/OD (Ajuda da Igreja da Noruega/Operação Dia do Trabalho). Nesta edição uma campanha de financiamento coletivo pela internet (Catarse) ajudou a arrecadar os recursos que faltavam para viabilizar a montagem da feira e a participação dos quilombolas. Com a doação de 224 apoiadores, foram arrecadados R\$ 31 023,00. A meta estabelecida era arrecadar em um mês R\$ 30 mil. Foi a primeira experiência de financiamento coletivo online do ISA para apoiar projeto das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

### SAIBA MAIS EM:

[www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3647](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3647) e [3668](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3668)



© NATALIA GUERIN/ISA

Mais de 80 coletores avaliam os trabalhos e o futuro da rede em São Félix do Araguaia

## Rede de Sementes do Xingu promove encontro geral

Foi em agosto, em São Félix do Araguaia, em Mato Grosso, que mais de 80 coletores de sementes, entre indígenas, coletores urbanos, extrativistas do Pará e convidados se reuniram no IX Encontro Geral da Rede de Sementes do Xingu, para debater o futuro, além de compartilhar experiências de coleta. Em cinco anos, a Rede de Sementes do Xingu, formada em 2007, no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu, de proteção às nascentes e matas ciliares do Rio Xingu, se consolidou e vem gerando emprego e renda em muitos municípios mato-grossenses.

Nesse período, o total de coletores chegou a 300, espalhados por 21 municípios de Mato Grosso, 17 aldeias indígenas e 18 assentamentos. Também nesse período a rede comercializou 71 toneladas de sementes. E a perspectiva é de crescimento: espera-se que os extrativistas da Terra do Meio venham se juntar à rede. Os coletores também trocaram experiências sobre manejo de sementes, aprenderam técnicas para aperfeiçoamento do trabalho de

coleta, refletiram sobre a legislação e os preços das espécies comercializadas na rede e planejamento

da coleta. Puderam também compartilhar conhecimentos com os palestrantes convidados. Na busca por mais autonomia, a Rede de Sementes procura alternativas jurídicas para alçar voos maiores. Para isso, elaborou um Plano de Negócios para avaliar sua viabilidade econômica. O estudo apontou que um aumento no preço das sementes comercializadas manteria sua competitividade no mercado e supriria os custos de manutenção. Além disso, mesmo com incremento no valor do insumo, o plantio direto de sementes continuaria mais vantajoso que o plantio de mudas. Para que isso se concretize é necessário pensar na configuração jurídica da rede, que hoje é gerida pelo ISA.



**SAIBA MAIS EM:**  
[www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3652](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3652)

### Restauração ecológica é ferramenta de adequação ambiental em São Félix do Xingu (PA)

Como parte das atividades do projeto “Preparando o Brasil para o Redd”, liderado pela TNC e que tem o ISA como um de seus parceiros, o curso sobre restauração ecológica e adequação ambiental promovido em outubro, em São Félix do Xingu, no Pará, deu continuidade às atividades do município para sair da lista dos que mais desmatam na Amazônia. São Félix do Xingu já tem 80% de suas propriedades no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e também conseguiu reduzir os índices de desmatamento de 763 km<sup>2</sup>, em 2006, para 140 km<sup>2</sup>, em 2011, segundo informações da Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento.

O curso de capacitação para desenvolver projetos de restauração de áreas degradadas em pequenas, médias e grandes propriedades teve a participação de técnicos, da sociedade civil e de agricultores da região e foi ministrado pelos técnicos do ISA. Está estruturado em três módulos, dois dos quais foram realizados em outubro, com foco no diagnóstico, pla-

**SAIBA MAIS EM:**  
[www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3701](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3701)

nejamento e implantação. A fazenda Maguari, de pecuária, foi o objeto de estudo do grupo, que centrou as análises mais especialmente nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal à luz do novo Código Florestal. Foram ressaltadas as possibilidades de restauração com espécies que apresentam potencial econômico para o produtor.

Foi apresentada a técnica de semeadura mecanizada que vem sendo adotada nos projetos do ISA, no âmbito da Campanha Y Ikatu Xingu, e vem se mostrando uma alternativa, principalmente para grandes propriedades rurais. O projeto tem apoio da Usaid e é desenvolvido em parceria com o Instituto Centro de Vida, o Fundo Nacional para Biodiversidade e o Environmental Defense Fund. O último módulo será realizado em abril de 2013 e abordará o monitoramento e o manejo de áreas em restauração. Os próximos treinamentos, cursos, palestras terão como objetivo principal a sensibilização e a mobilização do produtor rural para aderir aos programas de adequação ambiental e de melhoria da eficiência produtiva também da pecuária.

## Fortalecimento dos Parceiros Locais

### Comunidades Quilombolas elaboram projetos para fortalecer seu patrimônio cultural

Quilombolas de 12 comunidades do Vale do Ribeira participaram ao longo desse ano de oficinas de capacitação para elaborar projetos culturais. A atividade foi dividida em dois módulos e resultou em quatro projetos que estão concorrendo ao edital de promoção da continuidade das culturas de raiz, do Programa de Ação Cultural (ProAC) da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. As oficinas são parte das ações de fortalecimento cultural que vêm sendo desenvolvidas pelo ISA e associações quilombolas há três anos, com a participação de 25 pessoas, entre lideranças e agentes culturais quilombolas, além de representantes da sociedade civil de Cananéia e Eldorado. O segundo módulo, realizado em setembro, em Eldorado, foi

dedicado a escrever os projetos, cujas demandas foram levantadas no primeiro módulo ocorrido em maio, em Iporanga. Foram elaborados quatro projetos que envolveram seis comunidades. Dois deles preveem a realização de oficinas e apresentações públicas de formas de expressão tradicionais, caso dos quilombos de Ivaporunduva e Porto Velho, que querem fortalecer, respectivamente, os grupos da Missa Afro e da Romaria de São Gonçalo. Os demais visam à confecção de publicações: Mandira escreveu um projeto para registrar em livro a história e importância da igreja local e os quilombos Nhunguara, Pedro Cubas e Cangume querem fazer um catálogo para registrar as variedades e usos de plantas medicinais nas três comunidades.

## Hutukara realiza assembleia e comemora 20 anos de homologação da TI Yanomami

Em outubro, mais de 700 representantes das 37 regiões da Terra Indígena Yanomami reunidos na aldeia Watoriki, na região do Demini, no Amazonas, discutiram planos para o futuro, firmaram pacto contra a mineração e elegeram nova diretoria em meio aos festejos pelas duas décadas de homologação, que incluíram cantos, danças e diálogos cerimoniais.

O pacto firmado entre os Yanomami contra a mineração em suas terras foi um dos momentos mais importantes da assembleia. Após serem informados sobre o relatório do projeto de lei que pretende regulamentar a mineração em Terras Indígenas, em tramitação na Câmara dos Deputados, várias lideranças se revezaram ao microfone, manifestando sua posição contrária à falta de garantias dos seus direitos e alegando que a lei só trará doenças e destruição. Decidiram que a nova diretoria da Hutukara, que reelegeu Davi Kopenawa como presidente por um mandato de quatro anos, terá como objetivo principal combater qualquer tentativa de implementação da mineração na Terra Indígena Yanomami.



Os representantes também cobraram da Funai e de outros órgãos presentes o apoio para as suas atividades produtivas e de fiscalização da TI, para não serem chantageados por autoridades que colocam a mineração como solução para justificar a ausência do Estado naquela região.

Foi a primeira vez que uma assembleia da HAY contou com representantes de todas as regiões da TI Yanomami. Também estiveram presentes outras duas organizações yanomami – a Ayrca (Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes) e a Horonomi, que representa os Yanomami da Venezuela.

A presidente da Funai, Marta Azevedo, informou que o órgão indigenista protocolou em outubro, na justiça, o pedido de pagamento em juízo das indenizações aos fazendeiros da região do Ajarani, que 20 anos depois continuam dentro da Terra Indígena. A Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana (FPEYY) da Funai apresentou o resultado de seus trabalhos e os planos para o próximo ano, principalmente no que se refere ao combate ao garimpo, intensificando as ações de vigilância nos acessos fluviais da TI.

A HAY anunciou uma campanha de expansão da rede de radiofonia para ampliar os rádios distribuídos por toda a TI – dos atuais 18 para 88. Contou com o apoio imediato do ISA (para adquirir três radiofonias), da Fundação Rainforest da Noruega (para adquirir uma) e da Embaixada da Noruega (para a compra de outra). A expansão da rede de radiofonia é estratégica no combate ao garimpo e para a gestão da TI, ao aumentar o fluxo de informações entre os Yanomami sobre os diversos temas de seu interesse.



Antonio Alves, da Sesai, Marta Azevedo, da Funai e Davi Kopenawa, da HAY, durante a assembleia

**SAIBA MAIS EM:**  
[www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3691](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3691)



© ACERVO ISA

Grupo de jovens lideranças de 13 etnias do Parque do Xingu durante curso no Pavuru

## Ciência, universo, planeta e vida são temas de formação no Xingu

Mais um módulo da formação “Território e Serviços Socioambientais no Xingu”, o terceiro, aconteceu entre 4 e 20 de novembro, desta vez na Coordenação Técnica Local no (CTL) Pavuru, no Parque Indígena do Xingu (PIX). Os temas giraram em torno da visão ocidental de ciência, universo, planeta e vida e reuniu 35 jovens lideranças, de 13 diferentes etnias do PIX. Foram confrontados os usos da floresta, da água, e da biodiversidade pelos povos indígenas e pelos brancos (diferentes modos de conhecimento e capacidades de transformação da natureza) e o grupo refletiu sobre algumas consequências das práticas, ideias e conhecimentos que tanto brancos quanto indígenas têm sobre serviços socioambientais (biodiversidade, produção de água, oceanos, estoques de carbono).

O curso contou com a participação do pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e sócio do ISA, Antônio Nobre, da antropóloga Marcela Coelho, de Benki Ashaninka, liderança do povo ashaninka que veio do Acre para o Xingu, do sonhador de cantos Ntoni Kisêdjê, do pajé Tuyat Kaiabi e sua esposa, mestre nos alimentos tradicionais de seu povo, de Wisio Kaiabi, do cacique Melobô e do historiador Ikpeng, Tomé. Este módulo, como os anteriores segue o caminho da valorização dos conhecimentos dos mais velhos na aproximação com os jovens, para superar diferenças de ideias e conceitos em relação às questões atuais que os povos do Xingu enfrentam. As leis de proteção ao conhecimento tradicional indígena e as diferenças em relação às leis que protegem o conhecimento dos brancos também foram debatidas.

Os módulos da formação, que serão seis ao todo, vêm aprofundando os aspectos históricos e legais da conformação do PIX, e trazem sempre conhecedores e historiadores xinguanos que compartilham suas visões sobre a proteção do território e as formas de lidar com as mudanças no entorno, que afetam diretamente suas vidas. E os participantes são estimulados a desenvolver pesquisas em temas de interesse voltados ao conhecimento tradicional de seus povos, destacando tanto questões centrais para o território xinguanos, quanto dilemas de tradução entre modos de conhecimento distintos.

### Curtas

#### REDE DE COOPERAÇÃO

#### ALTERNATIVA SE MANIFESTA CONTRA PROJETO DE

**MINERAÇÃO EM TIS.** Formada por dez organizações indígenas e indigenistas, entre elas o ISA, a Rede de Cooperação Alternativa (RCA) divulgou uma nota em que se manifesta contra a aprovação do relatório do deputado Édio Lopes (PMDB-RR) sobre o projeto de lei que regulamenta a mineração em Tis (Terras Indígenas). O texto cobra consultas aos povos indígenas – que não foram ouvidos conforme determinam a Constituição e a Convenção 169 da OIT – e solicita que o tema seja discutido no marco do debate sobre o Estatuto dos Povos Indígenas. Ainda de acordo com a nota, o parecer de Lopes relativiza o direito de consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas sobre qualquer tipo de ação ou empreendimento que os afetem e não prevê mecanismos de controle aberto à participação dos índios sobre a atividade de mineração em suas terras, entre outros pontos.

#### SAIBA MAIS EM:

[www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3690](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3690)

## Foirn festeja 25 anos e elege primeira mulher presidente

Em novembro, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) realizou em sua sede em São Gabriel da Cachoeira sua décima segunda assembleia, com a participação de 230 pessoas, das quais cem eram delegados das cinco sub-regiões com direito a voz e voto. Nesse período foram feitos relatos dos 25 anos de atuação da federação, balanço da diretoria no período 2009-2012, lançamento do site institucional e discussão com autoridades e convidados sobre temas de relevância para a região da Bacia do Rio Negro e dos três municípios da área de abrangência da Foirn (São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos), além da eleição da nova diretoria executiva para a gestão 2013-2016. Almerinda Ramos de Lima, Tariana de Iauaretê, ex-presidente da Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê (Amidi), foi eleita a nova presidente da organização pelos próximos quatro anos.

Nos quatro dias de duração da assembleia, várias atividades foram realizadas entre elas uma retrospectiva do movimento indígena passando pela relação com o governo dos militares nos anos 1970 e 1980, pela luta pela demarcação de terras em área contínua e pela articulação com parceiros de organizações não governamentais. As lideranças que construíram essa



Da dir. p/ esq.: a nova presidente Almerinda ao lado das companheiras Maria Diva, Carmem e Judite

história falaram sobre as dificuldades de se articularem nesta vasta região da floresta amazônica, sem recursos, utilizando barcos a remo e do compromisso e da força necessários à realização das atividades.

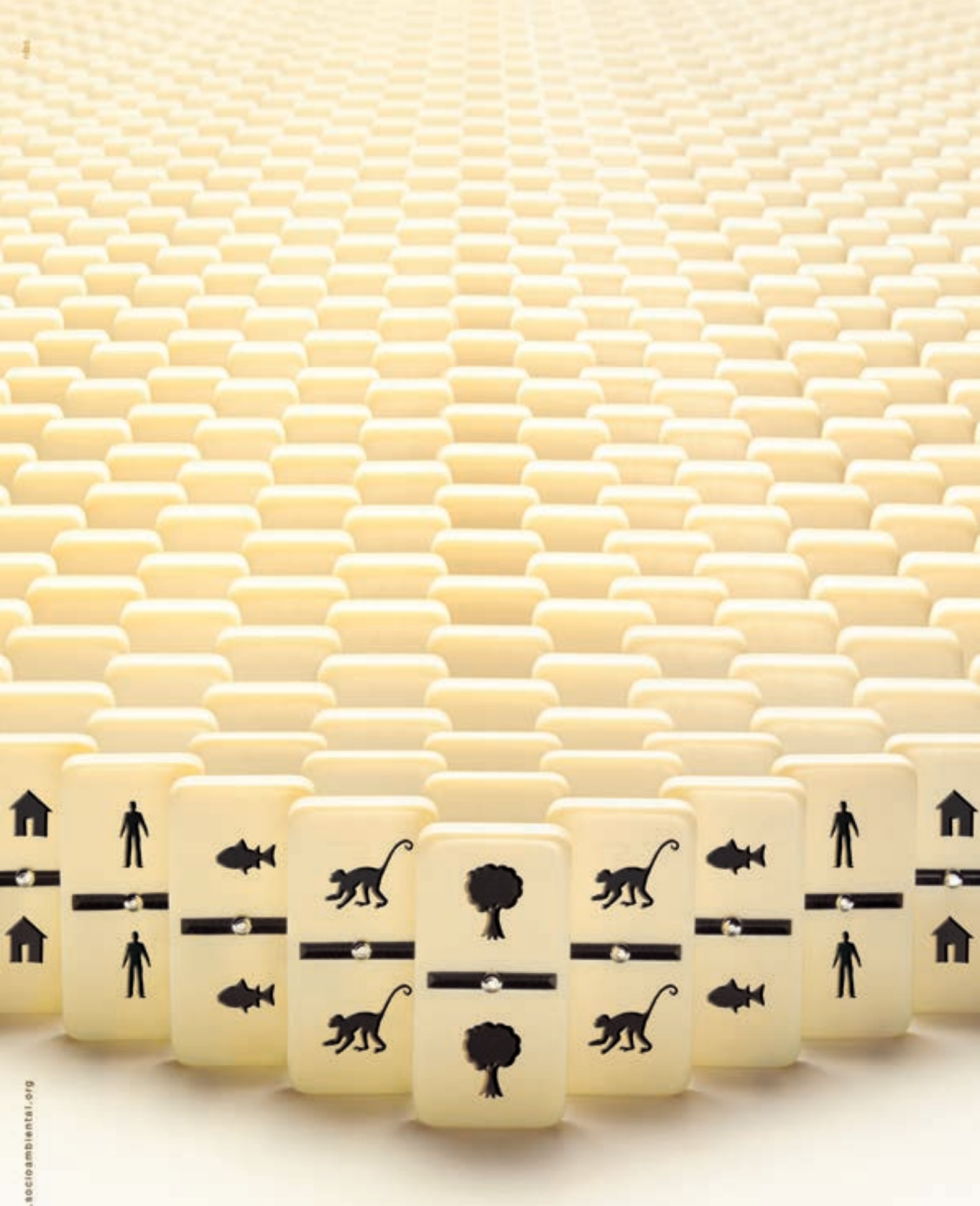
O projeto de lei de mineração em Terras Indígenas em tramitação na Câmara dos Deputados, foi tema de debate e o líder Yanomami, Davi Kopenawa, convidado da assembleia, reafirmou a posição da Hutukara, associação que ele preside, contrária a qualquer tipo de mineração. A plenária aprovou o envio de uma carta ao deputado federal Padre Tom (PT/RO), presidente da Comissão Especial que analisa o PL 1610/96, reiterando a necessidade de realizar consultas aos povos indígenas, que até agora não foram ouvidos.

A questão da saúde foi marcada por relatos de incompetência de gestão e descaso e a assembleia aprovou o encaminhamento de uma carta exigindo a exoneração de Luiz Lopes de Aguiar Neto, chefe distrital do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro. Uma grande festa com cariçu, forró e merengue que começou ao final da assembleia só terminou ao raiar do outro dia.

**SAIBA MAIS EM:**  
[www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3704](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3704)



Interior da maloca onde aconteceu a assembleia



**EQUILÍBRIO SOCIOAMBIENTAL. PENSE BEM ANTES DE MEXER.**

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. HÁ DEZ ANOS LUTANDO PARA QUE O DESENVOLVIMENTO VALORIZA A DIVERSIDADE DE NOSSOS POVOS E NOSSOS AMBIENTES. **SOCIOAMBIENTAL SE ESCRIVE JUNTO.**





## ISA participa de eventos do Slow Food na Itália

Pela primeira vez desde que começaram a ser realizados, em 2006, os eventos Salone Del Gusto e Terra Madre aconteceram de forma unificada, em Turim, na Itália, marcando a história do movimento internacional Slow Food. Entre 28 de setembro e 2 de outubro, delegações de 155 países, produtores, chefs, empresários e instituições preocupadas com a produção e consumo de alimento limpo, justo e sustentável, se reuniram para mostrar e discutir temas relacionados à conservação da agrobiodiversidade e valorização da diversidade cultural relacionada à produção e modos de fazer o alimento. Foi uma grande inovação e revelou aos visitantes que por lá circularam nesse período, que o mundo da gastronomia não pode ignorar quem trabalha na terra e que transforma a natureza em cultura.

O coordenador do Programa Vale do Ribeira, Nilto Tatto, representou o ISA, participando de eventos do Expo Movil, exposição que visa promover experiências inovadoras de valorização da herança agroalimentar de qualidade com protagonismo dos atores locais envolvidos em processos de desenvolvimento territorial, com base na diversidade biocultural.



Nilto Tatto entrega ao presidente e criador da Slow Food, Carlo Petrini, uma cópia do vídeo do inventário cultural quilombola

**Visitas ao site**

Agosto/Novembro de 2012\*  
**966.696**

(\*) Incluídos aqui PIB, Pibinho, Socioambiental, Radar Rio+20, UCs, De olho nas Terras Indígenas,, Cílios do Ribeira e Y Ikatu Xingu.

## Curtas

- ▶ **EM NOVEMBRO, O PROGRAMA** *Amazônia da empresa de cosméticos Natura instalou seu Conselho Consultivo, do qual faz parte a secretária executiva adjunta do ISA, Adriana Ramos.*
- ▶ **EM SETEMBRO, O ISA** *participou dos eventos de aniversário da Fundação Ford no Brasil, no Rio de Janeiro e em Belém, onde a secretária executiva adjunta, Adriana Ramos, fez uma breve palestra sobre o direito das comunidades tradicionais e povos indígenas para o Conselho Diretor da Fundação.*
- ▶ **ESTIVERAM NO ISA** *Anne Leifsdatter Gronlund, da Fundação Rainfoirest da Noruega; Brunilde Haas de Saneaux e Elisabeth Moder da Horizont3000 da Áustria; Marinus Verweij, diretor geral da ICCO, acompanhado por Conny Toornsta e Samuel Sangüeza Pardo; Arne Dale, Fernando Mathias, Thembam Chamane, Haldis Kaarstad, Eivind Archer e Christian Schoien da Ajuda da Igreja da Noruega (AIN) visitaram o ISA em São Paulo, em Brasília, e em Roraima; um grupo da Operação Dia do Trabalho (ODN) vinculada à AIN esteve na sede em SP. Verrusio Simona e Liana de Simone, representantes do Ministério do Exterior da Itália, estiveram em São Paulo, visitando os projetos do programa Vale do Ribeira em comunidades quilombolas em Eldorado (SP).*

© MAURIO CORINTI



© EDMOND SANCHEZ/IAN



© PAULO SANTOS/2010



© PAULO SANTOS/1999



© PAULO SANTOS/2005

Em sentido horário: equipe da Raisg, em Sta. Cruz de la Sierra, Bolívia; lote de madeira ilegal confiscado, em Belém, no Pará; Carajás, a maior mina de ferro a céu aberto do mundo, no Pará; trecho da Transamazônica, em Anapu, no Pará

## Atlas mostra panorama das pressões e ameaças sobre a Amazônia

Organizações da sociedade civil e de pesquisa que fazem parte da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) lançaram, em dezembro, o Atlas Amazônia sob pressão. No dia 4, o lançamento foi em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, e no dia seguinte, 5/12, em Belém (PA), durante evento do Fórum Amazônia Sustentável. A publicação, assim como outros produtos gerados pela Raisg (disponíveis em [raisg.socioambiental.org](http://raisg.socioambiental.org)), tem como principal objetivo superar visões fragmentadas da Amazônia sul-americana e fornecer uma visão abrangente das pressões e ameaças para toda a região.

A análise do desmatamento mostra que, entre 2000 e 2010, foram suprimidos cerca de 240 mil km<sup>2</sup> de floresta amazônica, o que representa o dobro da Amazônia equatorial ou a totalidade do território do Reino Unido. O atlas alerta que se as ameaças identificadas em projetos rodoviários (estradas ou

multimodais), de petróleo e gás, mineração, hidrelétricas se tornarem pressões no futuro próximo, até metade da Amazônia atual poderia desaparecer.

“Se todos os interesses econômicos que se sobrepõem se concretizarem nos próximos anos, a Amazônia vai se tornar uma savana com ilhas de floresta”, diz o coordenador geral da Raisg, Beto Ricardo, do Instituto Socioambiental (Brasil), uma das organizações que compõem a rede.

As pressões e ameaças à Amazônia mostram que as paisagens de floresta, da diversidade socioambiental e de água doce estão sendo substituídas por paisagens degradadas, savanizadas, áreas mais secas e mais homogêneas. Observa-se um arco do desmatamento que se estende do Brasil para a Bolívia, uma zona de pressão sobre água e de exploração de petróleo na Amazônia Andina e um anel periférico de mineração.

O Atlas, escrito em espanhol, traz um conjunto de seis pressões e ameaças sobre a Amazônia na última década – estradas, petróleo e gás, hidrelétricas, mineração, desmatamento e focos de calor – analisados por cinco diferentes unidades territoriais: a Amazônia, o Amazonas de cada país, Bacias Hidrográficas, Áreas Naturais Protegidas e Territórios Indígenas. Essas análises se apoiam em 55 mapas, 61 tabelas, 23 gráficos, 16 boxes e 73 fotografias. Tudo organizado em capítulos temáticos, com um total de 68 páginas.

Temas como mineração ilegal, extração de madeira e agricultura não puderam ser incluídos devido à falta de informação qualificada e cartograficamente representável para todos os países da Amazônia. É provável que quando forem acrescentados a situação geral se mostre ainda mais adversa.

A Amazônia apresentada no atlas é um território de alta diversidade socioambiental em rápida mudança. Cobre uma extensão de 7,8 milhões de km<sup>2</sup>, com 12 macrobacias e 158 sub-bacias, compartilhadas

por 1.497 municípios, 68 departamentos/estados/províncias em nove países: Bolívia (6,2%), Brasil (64,3%), Colômbia (6,2%), Equador (1,5%), Guiana (2,8%), Peru (10,1%), Suriname (2,1%), Venezuela (5,8%) e Guiana Francesa (1,1%). Na Amazônia vivem aproximadamente 33 milhões de pessoas, incluindo 385 povos indígenas, alguns em situação de “isolamento”. São 610 Áreas Naturais Protegidas e 2 344 Terras Indígenas que ocupam 45% da superfície amazônica, não incluindo os proprietários de terras pequenas, médias e grandes, empresas de vários tipos, instituições de pesquisa e desenvolvimento, bem como organizações da sociedade civil e religiosas.

A publicação é uma contribuição da sociedade civil para o debate democrático sobre as pressões na Amazônia, e particularmente na questão do desmatamento, que atualmente está sob avaliação por diversos governos nacionais e em nível intergovernamental pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).



OS DADOS UTILZIADOS NA PUBLICAÇÃO PODEM SER ACESSADOS ATRAVÉS DE MAPAS ONLINE OU DE WEBSERVICES

<http://raisg.socioambiental.org>

O ATLAS TAMBÉM ESTÁ À VENDA NO SITE DO ISA  
[www.socioambiental.org/loja](http://www.socioambiental.org/loja)

## A RAISG

Fundada na década de 1990, tomou impulso a partir de 2007 com articulações entre diversas organizações da sociedade civil de nove países amazônicos (Bolívia, Equador, Peru, Venezuela, Colômbia, Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa). Sua missão é incentivar e facilitar a cooperação entre as instituições que já trabalham com sistemas de informações socioambientais georreferenciadas nesses países. Atualmente, a rede tem 11 instituições associadas ([raisg.socioambiental.org/instituciones](http://raisg.socioambiental.org/instituciones)) e sua proposta desde o início é criar um ambiente propício para desenvolver um processo, a longo prazo, cumulativo e descentralizado, que permite compilar, construir e publicar informação e análise sobre a dinâmica contemporânea da (Pan) Amazônia.

A produção do Atlas envolveu a realização de várias reuniões físicas em São Paulo, Lima, Belém, Bogotá e Quito, desde 2009 e teve o apoio da Fundação Rainforest da Noruega, da Fundação Ford, da Fundação Avina e da Skoll.



© MARCELO SALAZAR/ISA

Ensegadeira em construção no Rio Xingu, no canteiro de obras de Belo Monte

## Projeto de mineração é o novo impacto para a região de Belo Monte

Como se não fossem suficientes os impactos previstos com a construção da hidrelétrica de Belo Monte na região de Altamira (PA), em setembro, veio a público a informação de que um dos maiores projetos de mineração de ouro do Brasil está sendo implantado na Volta Grande do Xingu, a menos de 20 quilômetros da barragem. Ou seja, na área que mais drasticamente será atingida pela usina e que abriga Terras Indígenas (TIs) e centenas de famílias de ribeirinhos.

Um dos maiores problemas causados pela construção da usina será a redução em até 80% da vazão do Xingu, com a piora na qualidade da água, o que afetará os peixes, principal fonte de sobrevivência da população local. Mesmo o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsável pelo licenciamento da usina, não tem certeza da magnitude desses impactos. Por isso, uma das condições para a concessão da licença do empreendimento foi o monitoramento permanente das condicionantes socioambientais locais, que o ISA vem acompanhando de perto. O segundo semestre foi marcado por mobilizações e reviravoltas judiciais no caso. Ocorreram novas ocupações do canteiro de obras por índios, ribeirinhos e oleiros, paralisando mais uma vez a construção da

usina. O motivo é o descumprimento de acordos e condicionantes socioambientais.

Em agosto, o então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, liberou a retomada das obras, que estavam paralisadas por força de ação judicial para que as populações indígenas fossem ouvidas pelo Congresso. Ayres Britto deferiu o pedido de liminar da Advocacia Geral da União (AGU) para suspensão do acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ele entendeu que o TRF desrespeitou decisão anterior do STF que alegara que qualquer atraso no cronograma do empreendimento ameaçaria a economia nacional.

O projeto de mineração na região prevê a extração de 4,6 toneladas de ouro por ano, durante 12 anos, e a produção de milhares de toneladas de rejeitos tóxicos, que seriam armazenados em reservatórios à beira do rio. O empreendimento deve ser implantado em 2013 e o minério deve começar a ser extraído em 2015. Os investimentos previstos ultrapassam US\$ 1 bilhão.

SAIBA MAIS EM

<http://www.socioambiental.org/esp/bm/noticias.asp>

## Com anistia a desmatadores, nova lei florestal entra em vigor

A presidente Dilma Rousseff vetou, no dia 18/10, nove pontos do projeto de conversão da MP (Medida Provisória) 571, que complementa o novo Código Florestal. O restante do texto foi sancionado e agora é lei. A anistia para quem desmatou ilegalmente até 2008 e a redução generalizada, para fim de recomposição florestal, de áreas protegidas em propriedades rurais foram mantidas na lei. Foram vetadas a possibilidade de recuperar margens de rio desmatadas com monoculturas de frutíferas exóticas e a redução ainda maior da faixa a ser recuperada nessas áreas por médios e grandes produtores. Os vetos foram publicados junto com um decreto que regulamenta itens do CAR (Cadastro Ambiental Rural) e dos PRAs (Programas de Regularização Ambiental), que serão desenvolvidos pelos governos estaduais. Mesmo com esses vetos, Dilma deixou de lado perdas graves para a conservação incluídas na lei. Ela mesma havia retirado, no texto original da MP, a proteção à nascentes intermitentes e manteve a mesma redação.

### SAIBA MAIS EM:

[www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3686](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3686) e 3687

A medida terá graves consequências para a Catinga e o Cerrado. Também foi preservado o artigo,

introduzido pelos ruralistas, que abre brecha para que médios e grandes proprietários não precisem ter Reserva Legal (RL), alegando que a área já estava desmatada antes da existência da figura da RL. Todas as possibilidades de exploração e regularização de desmatamentos em mangues foram mantidas. Antes da publicação da lei, o ISA havia enviado à Presidência da República documento com sugestões de veto. O texto mencionava alguns dos pontos mais graves do projeto, como a possibilidade de plantar monoculturas de frutíferas exóticas em Áreas de Preservação Permanente (APPs), a redução da obrigatoriedade de recuperar essas áreas para médios e grandes proprietários e a desproteção de nascentes temporárias. Organizações que integram o Grupo de Trabalho de Florestas do FBOMS (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento), entre elas o ISA, estiveram, no dia 22/10, com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para reivindicar a participação na regulamentação do novo Código Florestal. Ela garantiu que a discussão será aberta à participação da sociedade e que um processo de consulta já começou. E ressaltou que o espaço para essa participação ainda não foi definido.

## ISA apoia campanha contra o genocídio Guarani Kaiowá

Em outubro, o site do ISA passou a exibir um banner em favor da assinatura de uma petição online contra o que é considerado um genocídio Guarani Kaiowá em curso no Mato Grosso do Sul. Caso emblemático na questão fundiária envolvendo povos indígenas e proprietários rurais que invadiram territórios tradicionais e terras já demarcadas, a questão ganhou projeção no Brasil e fora dele quando foi divulgada uma carta escrita por 170 Guarani Kaiowá alertando a sociedade brasileira e a justiça que eles iriam acabar morrendo por reivindicar suas terras.



### SAIBA MAIS EM:

[www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3689](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3689) e 3693

No texto, o grupo, que há um ano vive à beira de um rio, no município de Iguatemi, no Mato Grosso do Sul, relatava a decisão da Justiça Federal que determinou sua expulsão e reafirmando que iriam resistir.

Mesmo cercados por pistoleiros, a mando dos fazendeiros da região, decidiram não sair.

O movimento fez eco na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e no Ministério da Justiça que prometeu agilizar a demarcação das terras indígenas em Mato Grosso do Sul e reforçar o policiamento, para evitar um conflito iminente.

## Peixes, pescarias e gente no Rio Negro são tema de exposição e livros

O terceiro volume da série Pescarias no Rio Negro, *Peixes, pescarias e os modos de viver no Médio Rio Negro* busca valorizar o modo de vida de indígenas e ribeirinhos do Médio Rio Negro, região do Amazonas de enorme extensão geográfica e sem muita visibilidade nacional do ponto de vista econômico e político. A publicação, organizada por Carla Dias e Camila Barra do ISA, aborda a forma de organização social, práticas e saberes, destacando as pescarias tradicionais dessa região, listando os peixes mais pescados e consumidos e os apetrechos e equipamentos mais utilizados nas diversas pescarias. Tanto as técnicas quanto os apetrechos utilizados estão intimamente relacionados aos processos históricos e de ocupação da região, com referências indígenas e de imigrantes.

A publicação *Manejo dos peixes na Bacia do Rio Tiquié, memórias e perspectivas*, escrita em português e tukano, foi organizada por Aloisio Cabalzar do ISA e pelo tukano Dagoberto Lima Azevedo, pesquisador da rede de pesquisa colaborativa intercultural do Rio Tiquié. Traz os resultados de dois encontros realizados em 2008, em Pari-Cachoeira, na Bacia do Rio Tiquié, noroeste amazônico, onde a questão do manejo dos peixes se revelou importante e atual em vista da diminuição gradual, mas expressiva, da produção da pesca e seus efeitos para o bem estar e a qualidade de vida das famílias e comunidades da região. As ideias e recomendações que resultaram desses encontros têm sido a base de atividades de manejo dos peixes que vêm acontecendo desde então. O livro pretende contribuir para que o tema seja discutido e aprofundado pelas comunidades para garantir a segurança alimentar e cultural na Terra Indígena do Alto Rio Negro. E servir de referência para outras comunidades em Terras Indígenas de outras partes da Amazônia.

*Peixe e Gente* é o título da exposição em cartaz no Museu da Amazônia (Musa), inaugurada em novembro, em Manaus. Baseada no livro *Peixe e Gente no Alto Rio Negro: conhecimentos indígenas sobre a pesca*, publicado em 2005, a exposição exhibe a cultura e as tradições dos povos indígenas Tukano e Tuyuka que habitam o Alto Rio Tiquié, no noroeste amazônico. O objetivo é contribuir para a valorização dos saberes indígenas por meio de



seu patrimônio material e imaterial, expresso em suas armadilhas de pesca, cerimoniais e em sua culinária. Painéis ilustrativos revelam aos visitantes as principais narrativas da cosmologia Tukano, relacionadas com os peixes e ilustradas pelo artista indígena Feliciano Lana. Na exposição é possível também conhecer as espécies de peixes encontradas no Tiquié, as armadilhas de pesca (algumas construídas por artesãos indígenas no próprio local) e uma cozinha indígena, com artefatos trazidos de várias comunidades dessa região do Rio Negro. A mostra é realizada em parceria do Musa com o ISA e as organizações indígenas do Médio e Alto Rio Tiquié, Acimet (Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié), Aeity (Associação Escola Indígena Tukano Yupuri) e Atriart (Associação das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié).

### Boletim De Olho nas Áreas Protegidas está no ar

Em setembro, a equipe do Programa Monitoramento começou a publicar o boletim eletrônico *De Olho nas Áreas Protegidas*, com base na pesquisa e sistematização diárias de informações oficiais e de mais de cem fontes diferentes em relação à situação das Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs) no Brasil e dos povos que nelas vivem. Traz ainda textos e análises desenvolvidos pela equipe. Para ler as duas edições já publicadas acesse <http://monitoramento.socioambiental.org/>



## Filme *Xapiri* é exibido em Boa Vista

Cerca de 500 pessoas assistiram em outubro à exibição do filme sobre xamanismo yanomami em Boa Vista (RR), seguida de uma apresentação dos xamãs yanomami e um bate-papo com envolvidos na produção do longa-metragem. O filme tinha sido lançado em junho durante a Rio+20. O evento foi promovido pela Hutukara e o ISA em parceria com a Cinemateca Brasileira, o Instituto Século XXI e o Sesc Roraima, dando sequência às atividades comemorativas dos 20 anos da homologação da Terra Indígena Yanomami.

*Xapiri* procura levar o espectador a uma viagem pelo mundo imagético e sonoro do universo yanomami e, mais precisamente (e ousadamente), a experimentar o que seria a “viagem” dos xamãs yanomami. Para o bate-papo com o público estavam presentes Davi Kopenawa, presidente da Hutukara, e Marcos Wesley, coordenador adjunto do Programa Rio Negro do ISA. Davi foi o mentor e organizador de dois encontros de xamãs, em março de 2011 e abril de 2012,

quando foram realizadas as captações de áudio e vídeo utilizadas no filme. O líder Yanomami contou que a realização dos encontros de xamãs e a produção do filme fazem parte de um projeto maior dos Yanomami de valorizar o xamanismo.



© JONHE MACEDO

Marcos Wesley e Davi Kopenawa apresentam *Xapiri* em Boa Vista

**SAIBA MAIS EM:**  
[www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3696](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3696)

## Escola Tuyuka lança publicação sobre pássaros

Com apoio do ISA e do PDPI (Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas), a publicação *Pássaros-adornos dos Filhos da Cobra de Pedra* escrita em tuyuka descreve pássaros e outros animais que fornecem matérias-primas para os adornos cerimoniais dos Tuyuka, do Alto Rio Negro (AM). A pesquisa que resultou em livro foi feita pelos alunos da Escola Tuyuka. Os capítulos são dedicados a cada um dos animais usados na confecção dos adornos.



Exibem desenhos e fotos e explicam como eles são criados, capturados, alimentados, manejados. Além disso, a pesquisa descreve a percepção ritual. Entre os povos indígenas do lado brasileiro do Alto Rio Negro, os Tuyuka foram dos poucos que preservaram as práticas cerimoniais nas quais os adornos são usados, resistindo à repressão imposta pelas missões salesianas da Igreja Católica.

**SAIBA MAIS EM:**  
[www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3677](http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3677)

## Livro relata planejamento territorial no Vale do Ribeira

A publicação é resultado de um trabalho de planejamento territorial participativo em duas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira – Morro Seco (Iguape, SP) e São Pedro (Eldorado, SP) – iniciado em 2011 pela equipe do Programa Vale do Ribeira, do ISA, com base em demandas apresentadas na Agenda Socioambiental Quilombola, de 2008. De autoria de Raquel Pasinato, coordenadora adjunta do programa, o livro relata as atividades realizadas nas duas comunidades e seus objetivos. Detalha as atividades lúdicas desenvolvidas, descreve as ferramentas metodológicas utilizadas e traz recomendações de projetos participativos, listando os cuidados a serem adotados nos processos de sensibilização, envolvimento e participação no projeto. O desenvolvimento dos territórios quilombolas é crucial para as comunidades e daí a importância do planejamento territorial.



## Avança o projeto de monitoramento de indicadores nas TIs de Roraima

Depois de oficinas de capacitação para uso de um questionário de levantamento de informações em maio e visitas de acompanhamento realizadas em junho, a equipe do Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA retornou à região do Taiano (RR), em novembro, para apresentar e validar com sete comunidades indígenas os primeiros resultados do levantamento socioambiental realizado pelo projeto “Makuchana: em busca de autonomia e sustentabilidade das Terras Indígenas”. Parceria do programa Monitoramento do ISA com o Conselho Indígena de Roraima (CIR), a iniciativa faz parte de um piloto para elaborar um sistema de monitoramento local que irá integrar o painel de indicadores socioambientais “De Olho nas Terras Indígenas”.

Os dados foram resumidos e organizados em tabelas simplificadas para facilitar a discussão das mais de 50 questões organizadas em oito grandes temas. A organização das informações ajudou as comunidades a discutir de modo integrado os problemas que afetam seus territórios. A maior parte das TIs da região do Taiano tem dificuldade de acesso a recursos naturais e enfrentam dependência de alimentos e materiais adquiridos na cidade – o grande volume de produtos industrializados tem agravado problemas de saúde como pressão alta e diabetes e transformado as comunidades em grandes depósitos de lixo.

Os dados validados devem ser utilizados na elaboração de indicadores para estas TIs, a serem disponibilizados no site “De Olho nas Terras Indígenas” (<http://ti.socioambiental.org>). A experiência vai auxiliar a aperfeiçoar a ferramenta, que no próximo ano deverá ser aplicada em novas TIs de Roraima com apoio de novos parceiros, além do próprio CIR.

## Publicação registra vivências e rituais dos povos indígenas do Rio Negro

O livro dá sequência à série iniciada em 2010 com *Manejo do Mundo – Conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro*, elaborado em parceria pelo ISA e pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn). Na linha de pesquisar e valorizar vivências cotidianas e rituais dos povos indígenas do Rio Negro, este volume



trata da inscrição de suas histórias de origem na paisagem. Cachoeiras, pedrais, praias, e remansos encerram conhecimentos intimamente relacionados à história desses povos. Um bom exemplo é a cadeia de montanhas conhecida

como Bela Adormecida que é o cartão postal de São Gabriel da Cachoeira. Nas narrativas de origem dos povos indígenas da região é o lugar onde mora Wariró, figura relacionada à origem das plantas cultivadas. Em sua primeira parte, a publicação reúne as contribuições apresentadas em um dos seminários organizados a partir de 2009, em São Gabriel, para debater e elaborar as bases de um programa de formação indígena de nível superior para o Médio e Alto Rio Negro, no Amazonas. **Está à venda na loja do site do ISA por R\$ 35,00.** [www.socioambiental.org/loja](http://www.socioambiental.org/loja)



**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor:** Neide Esterci (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, Jurandir Craveiro e Tony Gross; **Secretário Executivo:** André Villas-Bôas; **Secretária executiva adjunta:** Adriana Ramos.

**APOIO INSTITUCIONAL** Icco (Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento) e NCA (Ajuda da Igreja da Noruega)

**BOLETIM SOCIOAMBIENTAL** Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Christiane Peres e Oswaldo Braga de Souza.

**Ilustrações e logomarca:** Rubens Matuck; **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Ana Cristina Silveira. **Visite nosso site:** [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)

**ISA SÃO PAULO** Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, [isa@socioambiental.org](mailto:isa@socioambiental.org) • **ISA BRÁSILIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, [isadf@socioambiental.org](mailto:isadf@socioambiental.org) • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, [isamao@socioambiental.org](mailto:isamao@socioambiental.org) • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, [isabv@socioambiental.org](mailto:isabv@socioambiental.org) • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, [isarn@socioambiental.org](mailto:isarn@socioambiental.org) • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, [isaxingu@socioambiental.org](mailto:isaxingu@socioambiental.org) • **ISA EL Dorado** Rua Paula Souza, 103, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, [isaribeira@socioambiental.org](mailto:isaribeira@socioambiental.org) • **ISA ALTAMIRA** Rua Professora Beliza de Castro, 3253, Jd. Independente II, 68372-530, Altamira (PA), tel: (93) 3515-0293.